

(x) Graduação () Pós-Graduação

DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS EM FEIRAS

LIVRES: O caso da feira de Sidrolândia-MS

Ana Müller Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco
anamiler.miler@yahoo.com.br

Gercina Gonçalves da Silva
UFMS/CPAQ
Gerciina.goncalves@gmail.com

RESUMO

No município de Sidrolândia-MS, os produtores oriundos de assentamentos utilizam a feira livre como canal de distribuição de seus produtos. Todavia, a sobra de produtos, principalmente hortifrútiis é bastante comum resultando em prejuízos para os produtores. O objetivo do estudo é conhecer a destinação dada as sobras de produtos comercializados nas feiras livres de Sidrolândia MS, bem como propor formas de minimizar o prejuízo por meio da transformação das sobras. Trata-se de uma pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2022 e contou com a participação de 12 feirantes oriundos dos assentamentos do referido município. Verificou-se que da produção própria, os assentados comercializam na feira, leite e seus derivados, carne e hortifrútiis. Alguns produtos são vendidos, enquanto outros retornam à propriedade consistindo aí em a perda relatada. Devido ao desconhecimento quanto a outras formas de reaproveitar as sobras de produtos não comercializados, a destinação que tem sido dada é a alimentação dos animais, tendo em vista que grande parte das sobras é produtos hortifrútiis.

Palavras-chave: Feiras Livres; Hortifrútiis; Reaproveitamento.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua concepção a feira livre surge como um local em que acontecem as relações sociais, econômicas e culturais, transformando-se em ambiente adequado para construção de espaço e de identidade. As feiras estão presentes em quase todas as cidades e em cada localidade se apresenta com suas próprias peculiaridades, já que há uma tendência de comercializar produtos e objetos diversos, porém com destaque para os regionais (ANTÉRIO; GOMES-DA-SILVA, 2012).

As feiras-livres enquanto fenômenos econômicos e sociais datam da Idade Média entre os povos Gregos e Romanos. Todavia, Mota, Santana e Pinheiro (2015) ressaltam que a prática da feira livre pode ser considerada tão antiga que remonta-se às primeiras aglomerações humanas, desde que o ser humano abandonou a sua vida nômade, fixando-se em um local determinado, passando a domesticar animais e praticar a agricultura. Segundo os autores, os primeiros registros de feira-livre datam do princípio da Era cristã, todavia se tornou um espaço de significativa relevância apenas após a revolução comercial.

Apesar da importância desse tipo de comércio, principalmente para os pequenos produtores e artesãos, a maior parte dos estudos relacionados destacam o aspecto mercadológico exercido pelas feiras quanto ao agronegócio e principalmente agricultura familiar. Esse foco justifica-se, em parte, pelo fato da feira atuar como canal de distribuição de produtos oriundos desses segmentos (DEFANTE et. al., 2014).

Além dos aspectos mercadológicos, outros fatores devem ser abordados quando se analisa a feira livre. Assim, este estudo enfatiza a feira livre no tocante aos produtos oriundos dos pequenos produtores que vivem nos assentamentos de Sidrolândia-MS. Em uma época em que a gestão de resíduos é debatida como uma preocupação para preservar o meio ambiente, investigar o destino dado as sobras de produtos de feiras, bem como apresentar propostas de reaproveitamento dos mesmos pode beneficiar os produtores.

O objetivo do artigo é conhecer a destinação dada aos produtos que sobram no final das feiras livres da feira. Sendo assim, pretende responder o seguinte questionamento: Os feirantes de Sidrolândia-MS conseguem dar a destinação correta as sobras de produtos comercializados na feira livre local?

A principal relevância apresentada é a atualidade do tema e sua importância, tão pouco debatida no meio acadêmico. Com isso, pretende-se que a pesquisa contribua para com novos debates acerca do tema com destaque para questões como a feira livre, o desperdício de alimentos e a importância do reaproveitamento das sobras dos produtos das feiras livres.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as teorias que embasam a pesquisa.

2.1 Atividade rural

Vários são os conceitos propostos para atividades rurais, todavia a essência é a mesma. Marion (2014) a conceitua como atividades que exploram a capacidade produtiva do solo tanto por meio do cultivo da terra, como investindo na criação de animais e na transformação de determinados produtos agrícolas.

Para Crepaldi (2019), atividades rurais são aquelas voltadas para realização de atividades relacionadas a culturas agrícolas, como a criação do gado, do caprino, equino, aves, etc., ou ainda o plantio de florestas, com o objetivo de obter uma determinada renda. Normalmente, os alimentos oriundos dessa atividade atendem a demanda alimentar dessas famílias, contribuindo para a segurança alimentar, explicam Pozzebom et al. (2015).

De acordo com os termos da legislação tributária entende-se por atividade rural todas as atividades relacionadas ao campo, como por exemplo, a extração vegetal e mineral, a prática da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, bovinocultura, piscicultura e de tantos outros pequenos animais. Inclui-se também a modificação da composição e das propriedades de artigos agrícolas ou pecuários por meio de equipamentos apropriados como: o beneficiamento de arroz, soja, milho, a trituração de trigo, de milho o acondicionamento de mel, do suco de laranja, do vinho, a pasteurização do leite a produção do carvão o cultivo da madeira, produção de embriões das mais diferentes espécies de animais, dentre muitas outras atividades (RECEITA FEDERAL, 2018).

O setor rural apresenta determinadas características que o diferencia de outros setores da economia, como: o clima, relação entre tempo de produção e de trabalho, condição biológica, incidência de riscos e alto custo de entrada e/ou saídas, explica Crepaldi (2019). Quanto ao clima é considerado por estudiosos como o aspecto mais relevante pois ele é o responsável por condicionar a maior parte das produções agropecuárias, determinando a época de plantio, de colheita, a escolha dos produtos e das espécies animais. Além disso, muitas outras atividades estão condicionadas ao clima. Quando os proprietários são pegos por intempéries da natureza a perda pode ser expressiva. Além disso, as atividades rurais podem ser afetadas também por ataque de pragas diversas e pela flutuação de preços dos produtos no mercado.

Ainda, segundo Crepaldi (2019) as condições biológicas definem a irreversibilidade do

ciclo produtivo, isso porque não é possível alterar a sequência da produção assim como é feito em outros tipos de empresas e com isso a adoção de medidas alternativas ficam limitadas. O agronegócio tem conseguido nos últimos tempos, espécies animais e variedades vegetais mais precoces e produtivas, condicionadas as condições biológicas. No setor agropecuário, dependendo da atividade é necessário alto investimento em maquinários e benfeitorias, seja para plantação, criação ou outra atividade. Isto porque não há garantia de que o retorno será obtido em pouco tempo, já que a atividade está condicionada tanto pelas variáveis climáticas, como também apropriada dinâmica do mercado.

Assim, seja o grande ou o pequeno produtor rural, deve estar atento a todos esses aspectos e sempre avaliando os investimentos feitos com a lucratividade a fim de que observe se o negócio está sendo de fato viável, é possível mantê-lo como está ou necessita mudanças para que se mantenha de fato altamente produtivo.

2.2 Agricultura familiar

As três principais características que definem uma agricultura “familiar”, Segundo Nunes et al. (2018) são: o gerenciamento do negócio é realizado pela família; o trabalho é exercido na sua maioria pela própria família, assim como os fatores de produção pertencem à família. Ressaltando que, determinadas agriculturas familiares a terra pode não pertencer a família, pode ser, por exemplo, arrendada; em caso de morte ou aposentadoria do gestor outro membro da família pode assumir o comando da mesma.

Os agricultores familiares são responsáveis pela maioria das unidades produtivas que existem em áreas no meio rural do planeta e contribuem com uma parte importante da produção de alimentos. A relevância de agricultura familiar aos sistemas alimentares ficou mais claro em 2014, quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, (2014) desencadeou um importante debate na sociedade e nos governos. Desde então, ficou evidente o papel central desse grupo na soberania alimentar e segurança nutricional, erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e fortalecimento do desenvolvimento (FAO, 2014).

Ao contrário do agronegócio, a agricultura familiar baseia-se na pequena propriedade familiar, ecológica, econômico, social, cultural, político e ético (PAIVA; ALVES; GOMES, et al., 2019). Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2019) estima-se que a agricultura familiar seja responsável por 80% da produção mundial de alimentos, ocupando 75% das terras agrícolas. Esses dados sugerem a relevância da agricultura familiar para o abastecimento alimentar do mundo.

No Brasil, a agricultura familiar é regida por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006

(BRASIL, 2006) que instituiu as diretrizes para a implementação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, determinada o tamanho da propriedade e a mão de obra utilizada, de forma que o agricultor familiar seja o detentor dos meios de produção e assuma juntamente com sua família o trabalho no estabelecimento.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, agricultura familiar é definida como aquela que pratica atividades em áreas rurais em pequenas porções de terra e usa predominantemente membros da família no trabalho. Povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas e os pescadores também podem ser considerados agricultores familiares (BRASIL, 2006).

Este segmento produtivo tem um papel de liderança na estrutura agrária brasileira, por ser a principal categoria social, respondendo por 77% do total unidades agropecuárias de acordo com o Censo Agropecuário realizado em 2017, o que significa um número de 3.897.408 unidades. A maioria das pessoas que trabalham na agricultura no Brasil são agricultores familiares, já que a pequena propriedade gera 10,1 milhões de empregos, o que representa 67% do total da população ativa empregada em estabelecimentos agrícolas (IBGE, 2017).

De acordo com Rockett et al. (2019), quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros é produzido pela agricultura familiar. Portanto, é considerado o principal produtor de alimentos para o campo e a cidade também, e desempenha um papel central no combate à fome e na segurança alimentar e nutricional no Brasil. Com o surgimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, houve um maior envolvimento no mercado interno de produtos e alimentos dela originados, bem como maior renda geração para famílias que vivem no campo.

Entre os principais canais de venda utilizados pelos agricultores familiares para comercializar sua produção estão os mercados e compras públicas – especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Comida fresca são os alimentos mais produzidos e comercializados pelos agricultores familiares, principalmente hortaliças e frutas (CAVALI et al. 2020). Segundo Fabri et al. (2015), a inserção da agricultura familiar no mercado institucional via compras tem um impacto positivo na qualidade dos alimentos oferecidos, dado o aumento da quantidade e variedade de alimentos frescos oferecidos, bem como a inclusão de produtos da biodiversidade regional.

No que se refere à disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação, a agricultura familiar apresenta-se como um universo heterogêneo e tendem a diversificar as atividades para aproveitar as potencialidades da propriedade, melhor ocupar a mão de obra disponível e aumentar a renda, trazendo, assim,

benefícios agro socioeconômicos e ambientais (HENZ, 2020). Dessa forma, Nunes et al. (2018) pontuam que a principal finalidade da agricultura familiar é o desenvolvimento rural sustentável, dessa forma ela busca explorar de uma maneira diversificada as atividades que são economicamente viáveis para cada região.

Dada a relevância da agricultura familiar como geradora de emprego e renda, se faz necessário o seu fortalecimento. Sobre esse aspecto, Cavalli et al. (2020), a importância do fortalecimento da agricultura familiar não está apenas no papel que esse segmento desempenha na alimentação da população urbana, mas também em seu potencial de distribuição de renda e redução da pobreza e vulnerabilidade social. Estima-se que grande parte da população que enfrentam a insegurança alimentar vivem em áreas rurais.

Importante destacar que, como parte das políticas públicas do Brasil, uma série de estratégias estatais têm sido desenvolvidas nas últimas décadas visando proteger e fortalecer a agricultura familiar. Entre essas estratégias destacam-se as compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Estudos como os de Schabarum e Triches (2019) e Martinelli et al. (2015) têm mostrado os benefícios da compra de alimentos de agricultores familiares para consumidores e produtores e reforçado a importância do fortalecimento deste setor produtivo.

Segundo Aguiar et al. (2018), a aquisição dos produtos da agricultura familiar passou a fazer parte de uma política que reconhece a necessidade de produzir alimentos que atende as demandas nutricionais da população e também garante o crescimento econômico e social do produtor familiar incluindo a criação de cadeias curtas de produção e comercialização. Tal política traz o produtor e consumidor próximo um do outro, fortalece relações sociais e valoriza a diversidade produtiva.

2.3 Desperdício dos produtos hortifrútiis

Nos países da América Latina, o desperdício doméstico de alimentos é uma ameaça crescente. Em 2014, a FAO (2014) estimou que 28% dos alimentos que chegam ao final da cadeia são desperdiçados pelos consumidores, percentual igual às perdas na etapa de produção. Segundo Porpino, Parente e Wansink (2015) é provável que a análise individual em cada um dos países da região forneça uma imagem mais clara do desperdício de alimentos, dadas as diferenças socioeconômicas e culturais entre os países. Esses dados da FAO e evidências empíricas de estudos recentes mudam a ideia de que o desperdício de alimentos é uma ameaça apenas para as nações desenvolvidas.

A América Latina e a Europa apresentam estatísticas de perdas e desperdícios de

produtos hortifrútiis semelhantes, todavia nas fases de processamento e, de manejo e armazenamento, são mais expressivos na América Latina, o que inclui o Brasil (SABIO et al. 2015). Sendo assim, desde 2015, questões relacionadas a perdas pós-colheita e desperdício de alimentos estão constantemente presentes na mídia nacional na esteira da enorme crise política e econômica que o Brasil enfrenta atualmente (HENZ; PORPINO, 2017).

Segundo Soares e Freire Junior (2018) resultados de pesquisas disponibilizados pela Embrapa Agroindústria de Alimentos tem indicado que as perdas e desperdícios de alimentos no segmento de frutas e hortaliças, abrangem em média 30% e 35%, respectivamente.

O caso brasileiro parece ter peculiaridades quando comparado a outros países emergentes, embora as estimativas de perdas e desperdício de alimentos sejam muito escassas no Brasil para fornecer explicações precisas. Além das perdas substanciais pós-colheita, característica semelhante à de países em desenvolvimento, as famílias brasileiras também descartam quantidades consideráveis de alimentos devido a fatores culturais (PORPINO PARENTE; WANSINK, et al. 2015). Realidade que coloca o país frente a um paradoxo, já que a fome ainda é dos problemas enfrentados pelo país.

Assim como no Brasil, Belik (2018) acredita que são poucos os países que possuem dados seguros e satisfatórios sobre perdas e desperdício de alimentos (PDA). Frente a essa escassez de informações confiáveis, os próprios resultados dos estudos da FAO e das demais organizações internacionais oferecem estatísticas de forma agregada e os resultados normalmente são apresentados em forma de estudos de caso. O autor acrescenta ainda que:

Na prática, por serem involuntárias, as perdas são invisíveis para os agentes econômicos, e seus custos diluem-se em toda a sociedade. A perda é simplesmente um produto que não chega ao mercado, mas o seu custo de produção é rateado entre todos os outros produtos remanescentes. Dado esse caráter invisível do produto perdido, as estatísticas sobre perdas são inexatas, não há uma metodologia comum que possa ser aplicada a todos os produtos e, portanto, os dados não são confiáveis (BELIK, 2018, p. 12).

Várias são as causas apontadas por Soares e Freire Junior (2018) para a perda e desperdício de alimentos: o manejo inadequado ainda no local de plantio e coleta; falta de padronização na classificação dos produtos; comercialização de produtos a granel; embalagens inadequadas, transporte de forma inadequada com veículos supercarregados, péssima qualidade das estradas brasileiras; mal hábito dos consumidores que tendem a “tocar” e/ou apertar os produtos e a acumulação de produtos nos recipientes de amostra no varejo. Todavia, o transporte provavelmente seja o motivo primordial dos estragos mecânicos, cuja amplitude tende a mudar

com a distância a ser viajada e o tipo de produto carregado.

Do ponto de vista de Belik (2018), a forma mais simples e menos onerosa de evitar o desperdício descomedido de alimentos é por meio da prevenção, com campanhas de conscientização sobre a importância e a necessidade de evitar o desperdício e também com a disseminação de boas práticas de manuseio, acondicionamento e transporte dos alimentos. Outra forma é promover a recuperação desses alimentos, redirecionando-os para o consumo tanto humano quanto animal, que pode ser feito tanto pelos bancos de alimentos como pelos responsáveis pela colheita urbana. Muitos dos alimentos considerados sem valor comercial que tem como destinação certa o lixo tem um grande valor nutricional, podendo ser de grande aproveitamento pelas populações necessitadas. Sendo assim, a destinação desses alimentos a essas pessoas permite o desenvolvimento de uma rede de proteção social no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os alimentos considerados inapropriados para o consumo humano como ossos, cascas de frutas, bagaço de cana e outras matérias-primas podem ser destinados a alimentação animal, haja vista que representa uma contribuição nutricional relevante para o gado e demais criações. No entanto, Belik (2018) lembra que a não ingestão de determinados alimentos são convenções culturais, pois uma sobra considerada não comível pode ser considerada fina guloseima gastronômica em outro país ou região.

Mesmo quando se trata de alimentos impróprios para consumo humano e animal, pois já se encontra em estágio de deteriorização ou porque não se vislumbra no mesmo valor nutricional Belik (2018) esclarece que é possível reaproveitá-los transformando-os em matéria-prima industrial, compostagem orgânica ou mesmo biodigestão para a produção de gás metano.

Sendo assim, diminuir o desperdício de alimentos, desenvolver hábitos alimentares saudáveis e apropriados, reduzir os prejuízos e propiciar uma melhor qualidade de vida dos indivíduos constitui-se prática essencial e é perfeitamente possível por meio do reaproveitamento dos alimentos, principalmente dos hortifrútis que são os mais desperdiçados no transcorrer da sua manipulação que vai da colheita até chegar à mesa do consumidor.

2.4 Canais de distribuição dos produtos da agricultura familiar

A logística para distribuição de frutas, legumes e verduras constitui-se num gargalo conhecido no mercado agroalimentar. O escoamento da produção constitui-se num dos principais entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar. Especificamente nesse segmento agrícola, a logística é parte integrante dos elementos que podem garantir a eficácia das operações de compra e venda dos produtores, servindo de embasamento para a escolha de

estratégias dos produtores em relação à perecibilidade dos produtos agrícolas (CABRAL; VITAL; MENELAU, 2013).

Corroborando com o exposto, Aliotte, Filassi e Oliveira (2022, p. 04) expõem que:

Para que as frutas, verduras e legumes cheguem com qualidade ao consumidor, é necessária uma logística eficiente. Para que a mitigação das perdas e dos desperdícios aconteça, é necessário investigar as etapas da cadeia de distribuição em que elas são mais recorrentes. Neste caso, a logística, entendida em seu contexto amplo, envolve o planejamento, a implementação e o controle do fluxo e da armazenagem de produtos e informações desde a origem até o consumo, atendendo às necessidades dos consumidores.

Cabral, Vital e Menelau (2013) acreditam que na agricultura familiar, principalmente na horticultura, uma logística adequada pode reduzir os custos para os produtores, pois esses produtos têm baixo valor agregado. Da mesma forma, Cabral et al. (2013) pontua que a logística dentro da agricultura familiar faz parte dos ferramentais que servem para assegurar a eficiência das práticas de comercialização dos produtores. Ela é utilizada também como forma de integração da cadeia de suprimento e de apoio à solução de dificuldades operacionais e serve de embasamento nas definições de estratégia dos produtores quanto a perecibilidade dos produtos agrícolas.

Defante et al. (2014) acreditam que a deficiência do processo logístico é o maior empecilho à competitividade, modernização e falta de desenvolvimento no comércio das hortaliças brasileira. Tendo em vista o seu elevado nível de perecibilidade as hortaliças precisam chegar ao consumidor em pequeno espaço de tempo, de forma a manter sua qualidade.

Os produtos da agricultura familiar têm por canais de distribuição feiras livres, sacolões, varejões e quitandas, empresas de refeições coletivas, mercados, atacadistas, etc. A escolha do canal de distribuição para a venda dos produtos é um dos principais elementos da estratégia de comercialização (DEFANTE et al. 2014). Nesse sentido, as feiras livres têm ganhado destaque para a comercialização de produtos em relação ao varejo tradicional por apresentar uma relação mais estreita com o consumidor e uma melhor rentabilidade dos produtos comercializados nesse canal (ROBERTO et al. 2018).

As feiras livres são, portanto, instrumentos importantes na dinâmica de colocar os consumidores próximos dos produtores. Espera-se menor perda de produtos frescos do que quando se utiliza atravessadores para o mesmo fim. Além disso, a ação dos atravessadores reduz a renda dos produtores podendo até mesmo causar-lhes prejuízos.

2.5 História dos assentamentos em Sidrolândia MS

A história dos assentamentos no município de Sidrolândia-MS data do ano de 1975 com a chegada de Francisco José Medeiros que foi responsável pela fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura e que atuava ativamente em questões relacionadas a Reforma Agrária. Uma pesquisa foi realizada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais objetivando encontrar uma propriedade para implantação de Projeto de assentamento, o que traria satisfação aos anseios dos sem-terra, e a Fazenda Capão Bonito foi considerada ideal para tal (REIS, 2016).

De acordo com Reis (2016), o então proprietário da Fazenda Capão Bonito, temendo possíveis invasões a sua propriedade, decide, entre os anos de 1981 a 1983, arrendar parte da fazenda, e um dos arrendatários foi o senhor Medeiros, que, como representante do sindicato, em 1985 solicita ao delegado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a sua desapropriação. Em 1988 por meio do Decreto nº 97.617 de 06 de abril de 1989, uma área de 2.705 ha da referida fazenda foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. A sua ocupação foi uma das iniciativas pioneiras na questão da implantação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. No ano de 1987 existiam cinco projetos de assentamentos em fase de emancipação no estado, dentre eles, o Capão Bonito (REIS, 2016).

Algumas famílias invadiram a fazenda Capão Bonito em agosto de 1989, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todavia no dia 20 de outubro de 1989 foi emitido o termo efetivo de posse. A meta era assentar 133 famílias de trabalhadores rurais em lotes de 14,0, 16,0, 19,0 ou 22 hectares. Em 1997 ocorreu nova invasão à fazenda Capão Bonito por membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em dezembro deste mesmo ano foi oficializada a criação do assentamento Capão Bonito II, assentando 320 famílias. Assim, os acampamentos em Sidrolândia foram ocorrendo sucessivamente. Destaca-se que até o início de 2015, 24 assentamentos estavam instalados no município (REIS, 2016).

Situada na Região Centro-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, Assunção e Silva (2014) esclarecem que atualmente o município de Sidrolândia possui o segundo maior agrupamento de assentamentos da reforma agrária do Brasil, num total de 26 nos quais residem aproximadamente 15 mil moradores que na sua grande maioria vivem da agricultura familiar.

Os assentamentos são vistos por Esquerdo e Bergamasco (2015) como centros estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira desde década de 1960. Eles contribuem social e economicamente para a geração de emprego, reduz o êxodo rural,

amplia a oferta de alimentos por meio do incremento na produção agropecuária e ainda, eleva o nível de renda, proporcionando melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Todavia, Duque (2012) possui uma visão menos “romântica” dos assentamentos. Para ele, nesses espaços, normalmente as famílias ficam praticamente sozinhas para se desenvolverem em uma situação econômica desfavorável já que os assentamentos são compostos por parcela da população que se encontra excluída socialmente e que busca a sobrevivência através principalmente da prática da agricultura familiar.

2.6 Feira livre de Sidrolândia: importante canal de distribuição de produtos hortifrútiis

As feiras são oriundas de longa data, data do período a.C, pois há relatos bíblicos que faz referência a Jesus se deparando com uma feira em uma praça, todavia a literatura pouca menção faz sobre essa passagem bíblica, preferindo na maioria das vezes atribuir a criação das feiras à Antiguidade onde as pessoas de diferentes localidades promoviam a troca de mercadorias de forma a suprir as suas necessidades. Trata-se de um local de relação social, de trocas de saberes e de hábitos culturais, onde normalmente as pessoas circulam sem muita pressa, apreciando objetos e produtos existentes até que encontrem o que desejam (VAZ; VAZ, 2018).

É possível encontrar nas feiras livres grande variedade de produtos, que podem atender necessidades das pessoas de todas as classes sociais. Pequenos comerciantes são favorecidos com esses espaços, tendo a oportunidade de comercializar seus produtos que são de difícil inserção no mercado, tendo em vista que os grandes comércio dão preferência para os produtos em grande quantidade.

Em Sidrolândia-MS a feira livre permite que produtores da agricultura familiar de chácaras e fazendas, de assentamentos, de aldeias e comerciantes da cidade exponham seus produtos e comercialize-os. A feira livre que antes funcionava as sextas feira, atualmente acontece aos sábados. A mudança de dia e horário de atendimento aconteceu desde a pandemia da Covid-19. Nela são comercializadas frutas, verduras, legumes, grãos, artesanatos, comidas, salgados, espetinhos, bebidas e demais produtos, funcionando assim como gerador de empregos, renda e se constituindo em uma opção de lazer para a população sidrolandense, conforme Figura 1.

Figura 1: Feira livre de Sidrolândia.



Fonte: DUARTE, Suélen, 2021.

A feira livre de Sidrolândia se constitui na realização de um sonho antigo dos moradores da cidade, principalmente dos produtores dos assentamentos que encontravam dificuldades em comercializar seus produtos. O sonho tornou-se realidade em junho de 2013 quando o então prefeito na época, Ari Basso, e o vice-prefeito, Marcelo Ascoli, ao lado de parceiros como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e Fundação Banco do Brasil, entregaram oficialmente o espaço da feira.

Demonstrando o êxito do empreendimento, a feira conta atualmente com 123 bancas de produtos diversos da agricultura familiar, bijuterias, roupas, calçados, brinquedos, aves e carnes. Além disso, também possui um amplo espaço onde funciona a praça de alimentação que é muito apreciada pelos fregueses.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão é caracterizada como bibliográfica, pois revisa temas como agricultura familiar, consumo de hortaliças e hortifrúteis utilizando-se de livros impressos e on line, periódicos, legislações, monografias e artigos. O estudo é ainda, considerado de campo pela realização de coleta de dados primários na feira livre da cidade de Sidrolândia. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado, com o qual foi adotada a entrevista face a face (interrogatório direto) possibilitando o diagnóstico acerca da comercialização da produção, bem como destino dados as sobras. Como método de coleta de dados, utilizou-se de entrevistas pessoais por meio de questionários compostos de perguntas fechadas e abertas, utilizando-se uma amostra composta de 12 (doze) feirantes oriundos de assentamentos localizados em Sidrolândia MS. A tabulação dos dados coletados foi realizada

após o término da aplicação dos questionários, por meio do uso do *software* Excel, de forma que as informações fossem dispostas de maneira simples e de fácil entendimento.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar cultivada em assentamentos, onde se destacam os hortifrutigranjeiros, frequentemente utiliza as feiras-livres como canal de distribuição (SILVA et al, 2014; LOPES et al, 2014). Assim, realizou-se uma caracterização com esses produtores que expõem seus produtos na feira livre de Sidrolândia.

Os resultados da pesquisa realizada com os feirantes atuantes na feira livre de Sidrolândia MS demonstraram que a prevalência é o sexo feminino com 75% dos entrevistados. Essa prevalência se distingue do trabalho de Silva et al (2013) onde a presença do sexo masculino é maior, com a participação do sexo feminino atuando como colaboradoras ou ainda na banca de venda dos produtos.

Tabela 1 - Distribuição dos entrevistados quanto ao sexo.

Masculino		Feminino	
Quantidade	%	Quantidade	%
3	25%	9	75%

Fonte: Autores, com base na pesquisa.

Na análise da faixa etária verificou-se que não existe uma que se sobressaia as demais, de forma que as idades dos assentados variam e um percentual de 66% dos respondentes relataram que possuem idade inferior a 45 anos. Outros trabalhos realizados também no município de Mato Grosso do Sul com produtores da agricultura familiar demonstraram que os produtores tinham em média 38 anos (DEFANTE et. al. 2014), além da pesquisa de Silva (2013) onde 79% possuíam idade inferior a 55 anos. Os resultados revelaram ainda que 92% dos entrevistados são casados e, entre esses, 67% dos casais possuem filhos.

Para o sustento das famílias, cerca de 33% dos entrevistados recebem até um salário-mínimo e 50% recebem até dois salários-mínimos.

Tabela 2 - Distribuição dos entrevistados conforme renda

Faixa Salarial	Quantidade	%
Até 1 salário-mínimo	4	33,33
Até dois salários-mínimos	6	50,00
Até três salários-mínimos	2	16,67

Fonte: Autores, com base na pesquisa.

No que se refere a condução utilizada para deslocamento até as feiras livres, verificou-se que a maioria, 84% dos entrevistados possuem condução própria, 8% utilizam o ônibus e 08% depende de carona.

Quanto aos produtos comercializados na feira pelos assentados são os mais diversos, com destaque para as carnes (porco, galinha, gado), hortaliças, leite e derivados, doces, farinha de mandioca, frutas, cana e derivados (rapadura e melado) e mel. O leite constitui-se em uma importante fonte de renda, além de ser vendido na feira livre o excedente é comercializado nos laticínios próximos ou ainda utilizado na fabricação de queijos e doces.

Em relação a destinação dada aos demais produtos que sobram (não foram vendidos) na feira, 77% dos produtores relataram que utilizam para alimentação de animais, a exemplo de gados, porcos e galinhas; 15% dos feirantes revendem as sobras ou as doam e 8% depositam no lixo.

Algumas pesquisas citam destinos diferenciados as sobras de alimentos como as verificadas no município de Sidrolândia, como Vieira et al. (2016) que constataram a existência do projeto “Reaproveitamento de resíduos sólidos orgânicos via suinocultura” no município de Porto Alegre que utiliza sobras de alimentos comercializados em feiras e supermercados e restos de comida não servidos na alimentação dos porcos. Segundo os autores supracitados, os suínos possuem a capacidade de transformar resíduos de origem vegetal e animal em proteínas de alto valor nutritivo para o homem. Sendo assim, a destinação de resíduos orgânicos como fonte alternativa à alimentação animal permite a produção de proteína animal com menor utilização de alimentos nobres, como soja e milho.

Estudo realizado por Santos et al. (2018) com 16 feirantes, 31 consumidores e 5 coletores, sobre a produção de resíduos sólidos das feiras da Grande Aracaju constataram que parte dos resíduos eram reaproveitados na alimentação animal e compostagem. Para os autores a utilização de resíduos sólidos gerados em feiras ou em mercados na alimentação animal é uma prática que, além de minimizar custos de produção, pode diminuir problemas de contaminação

ambiental e de ordem sanitária.

Outra proposta é que os restos de produtos das feiras livres sejam utilizados para compostagem, que se trata da técnica de decomposição biológica da matéria orgânica sob condições controladas de aerobiose, temperatura e umidade, originando um produto estável e que tem sido nas últimas décadas considerado uma alternativa viável para o reaproveitamento de resíduos sólidos. Essa técnica proporciona o benefício de ser de baixo custo operacional, ter o uso benéfico dos produtos finais na agricultura e diminuir a poluição do ar e das águas subterrâneas (SIQUEIRA; ASSAD, 2015).

A técnica de compostagem aparece como uma forma bastante viável de ser implantada, principalmente nos assentamentos da cidade de Sidrolândia, que carecem tanto de serviços de coleta de lixo e de medidas ambientalmente corretas como a coleta seletiva e a reciclagem.

As sobras de frutas das feiras podem também serem utilizadas para fabricação de geléias, em compotas, doces, sucos, licores, chás e até em pratos salgados. Fazendo doces e outras conservas, além de não desperdiçar as frutas ainda se tem a vantagem de contar com maneiras diferentes de saboreá-las, além de melhorar a alimentação. Segundo Chagas (2020), as cascas e as sementes de muitas frutas e legumes podem ser aproveitadas, pois, em muitos casos, são até mais nutritivas do que a polpa.

5 CONCLUSÕES

Verificou-se por meio desse estudo que em Sidrolândia MS a feira livre é um local de grande concentração de pessoas, pois constitui um espaço de comercialização, alimentação e lazer. Desde sua criação o movimento tem sido intenso, já que é possível encontrar no local diferentes produtos capazes de suprir a necessidade da população.

Dentre os feirantes destacam-se os produtores oriundos dos assentamentos locais, que tem a feira como um dos principais canais de distribuição de seus produtos. Estes, na sua maioria são mulheres, casadas, na faixa etária de 25 a 45 anos de idade, possuem filhos, residem entre seis a dez anos nos assentamentos, recebem em média dois salários mínimos e comercializam principalmente leite e derivados do mesmo, como queijo e doce; carne e hortifrúteis granjeiros.

Em relação a destinação das sobras dos produtos comercializados na feira constatou-se que vai para a alimentação dos animais, já que grande parte das sobras se trata de produtos hortifrúteis. Uma forma bastante assertiva de reaproveitamento alimentar, já que se sabe que tais produtos são ricos em nutrientes, essenciais para o bom desenvolvimento dos animais.

Contudo, a presença de uma organização como uma associação de moradores, bem

como a presença de um representante público que implemente novas estratégias para agregação de valor as sobras dos produtos no local se faz necessária, no sentido de buscar alternativas para melhor reaproveitamento das mesmas viabilizando a agregação de valor por meio da transformação em subprodutos, o que pode ser fundamental para ampliar a renda dos assentados da região.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. da C. et al. Short food supply chain: characteristics of a family farm. **Ciência Rural**, v. 48, n. 5, p. 1-8, 2018.

ALLOTTE, J. T. B.; FILASSI, M.; OLIVEIRA, A. L. R. de. Caracterização da logística de distribuição de frutas, legumes e verduras na Central de Abastecimento de Campinas/SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. 1-25, 2022.

ANTÉRIO, D.; GOMES-DA-SILVA, P. N.. Relação sociocultural dos brinquedos artesanais vendidos em feiras livres. **Revista Educação e Realidade**, v. 37, n.3. p. 923-941, Porto Alegre, set./dez. 2012.

BELIK, W.. Rumo a uma estratégia para a redução de perdas e desperdício de alimentos. In: ZARO, Marcelo. **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da União; 2006.

CABRAL, S.; VITAL, T.; MENELAU, A. S.. Logística de distribuição da produção dos assentamentos Timbó e Granja Jumbo em Moreno, estado de Pernambuco. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.43, n.2, p.1- 86, 2013.

CAVALLI, Suzi Barletto et al. **Oferta de alimentos saudáveis em instituições públicas**: instrumentalização de responsáveis técnicos dos serviços de alimentação e agricultores/as familiares para aquisição sustentável de alimentos. Relatório técnico de pesquisa chamada CNPq/MCTIC n. 016/2016 processo: 442830/2016-5. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2020.

CREPALDI, S. A.. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DEFANTE, Liliane Renata et al. Canal de distribuição das hortaliças do assentamento Estrela do Sul. **Revista Brasileira de Administração Científica**.v.5, n. 1, Jan, Fev, Mar, Abr, Mai, Jun 2014.

DUQUE, C. V. de L.. **Terra, trabalho e produção: perspectivas e desafios em um assentamento de reforma agrária**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 15 a 19 de outubro de 2012, Uberlândia – MG, 2012.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

FABRI, R. K. et al. Regional foods in Brazilian school meals. **Briti Food Journal**, v. 117, n. 6, p. 1706-1719, 2015.

FAO. **Definitional Framework of Food Loss – Working Paper**. Roma: FAO/Global Initiative on Food Loss and Waste Reduction, 2014. 18p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/at144e/at144e.pdf> Acesso em: 28 agos. 2022.

FFOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food and agriculture innovation in family farming**. Rome: Organization; 2014. <https://www.fao.org/3/i4040e/i4040e.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos** IBGE. Rio de Janeiro, 2017 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 28 agos. 2022.

HENZ, A.. **A lucratividade da produção leiteira: um estudo em uma empresa familiar do RS**. Bacharelado em Ciências Contábeis – Universidade de Caxias do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/9827/TCC%20Andressa%20Henz.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28 agos. 2022.

HENZ, G. P.; PORPINO, G.. Perdas e desperdício de alimentos: como o Brasil tem este desafio global? **Horticultura Brasileira**, v.35, n.4, p. 472-482, 2017.

LOPES, P. R.. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS Santa Helena – São Carlos/SP. 1º. Cadernos de Agroecologia da América do Sul, v.9, n.4, p. Dourados-MS, 2014.

MARION, J. C.. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola; contabilidade da pecuária, imposto de renda da pessoa jurídica**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINELLI, S. S. et al. Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.22, p. 558-73, 2015.

MOTA, A.S.. SANTANA, Â; PINHEIRO, N. S.. Feira livre de amargosa: sua construção, sua história. **Gueto, Revista acadêmica**, 4ª edição, abril de 2015.

NUNES, J.. et al. Desafios para gestão da propriedade rural no contexto da agricultura familiar na região de Mossoró – RN. In: SIQUEIRA, E. S., and ARAÚJO, I. T., eds. **Gestão social e agricultura familiar: a construção e a materialidade de novas formas de administrar**. Mossoró: EdUFERSA, 2018, pp. 173-192.

PAIVA, D. M. de; ALVES, C. R.; GOMES, S. P.. A agricultura familiar como alternativa sustentável: para um aprimoramento conceitual. **Revista Gestão em Foco - Edição nº 11 – Ano: 2019**.

PORPINO, G.; PARENTE, J.; WANSINK, B.. Food waste paradox: antecedents of food

disposal in low income households. **Intl J Consumer Studies**, v. 39, n. 06, p. 619-629, 2015.

POZZEBOM, L. et al. **Repercussões territoriais das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó/SC**: considerações sobre a SAN e o autoconsumo dos agricultores familiares. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

RECEITA FEDERAL. **Capítulo XII - Atividade Rural 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2018-arquivos/capitulo-xii-atividade-rural-2018.pdf> Acesso em: 28 agos. 2022.

REIS, C. R. P. dos. **A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos primeiros Assentamentos Rurais**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/07.pdf>> Acesso em: 22 agos. 2022.

ROBERTO, C. E. O. et al. Impactos da feira livre sobre a comercialização, geração de renda e diversificação da produção agrícola no município Alegre-ES. Anais do VI Congresso Latino Americano A, X Congresso Brasileiro e V Seminário do Distrito Federal e entorno. **Cadernos de Agroecologia**. v. 13, n. 1, Jul. 2018.

ROCKETT, F. C. et al. Family farming and school meals in Rio Grande do Sul, Brazil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.49, n.02, p.1-12, 2019.

SABIO, R. P. et al. A vez dos feios! A moda europeia de promover frutas e Hortifruti. **Revista HortiFrutiBrasil**, Agosto de 2015.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M.. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Rev Econ Sociol Rural**, v. 57, n.1, p. 49-62, 2019.

SILVA, G. G. da. **Cooperação entre atores da agricultura familiar: o caso da cooperativa COOPGRANDE no município de Campo Grande – MS**. [Dissertação Mestrado]. Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013.

SILVA, G. G. et al. Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SIQUEIRA, T. M. O. de; ASSAD, M. L. R. C. L.. Compostagem de resíduos sólidos urbanos no Estado de São Paulo (BRASIL). **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n. 4, p. 243-264, out.-dez. 2015.

SANTOS, M. E. F. dos et al. **Estudo dos índices de resíduos sólidos provenientes de feiras da Grande Aracaju-SE**. ERA-Encontro Regional de Agroecologia / Nordeste / São Luís / Maranhão, 2018.

SOARES, A. G.; FREIRE JÚNIOR, M.. Perdas de frutas e hortaliças relacionadas às etapas de colheita, transporte e armazenamento. In: ZARO, Marcelo. **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios** / org. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018.

VIEIRA, T. R.. **Viabilização da suinocultura no município de Porto Alegre através do reaproveitamento de resíduos sólidos orgânicos.** 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8859762-Iii-097-viabilizacao-da-suinocultura-no-municipio-de-porto-alegre-atraves-do-reaproveitamento-de-residuos-solidos-organicos.html> Acesso em: 28 agos. 2022.